



Alfabetização e deficiência intelectual: uma estratégia diferenciada

Claudia Mara da Silva

Professora da rede municipal de Curitiba, na Escola Municipal de Educação Especial Tomaz Edison de Andrade Vieira
E-mail: abcclaudiamara@gmail.com

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar as estratégias de alfabetização na educação especial na área da deficiência intelectual, assim como relatar a experiência de uma professora de Escola Especial Municipal, atuante há mais de 15 anos na área da deficiência intelectual, que se utilizou de uma proposta diferenciada e acreditou na aprendizagem da leitura e escrita dos alunos com tal metodologia. Como objetivos foram postos a necessidade de averiguar a relevância de adaptações nas atividades apresentadas ao aluno com deficiência intelectual, a relação do conteúdo e a forma de trabalho na alfabetização, bem como o rendimento do estudante com a utilização dessa proposta. Foram analisados cinco alunos com idade cronológica de 10 anos, todos frequentando Escola Especial Municipal. Com a exploração dos materiais utilizados no processo de aprendizagem essa prática evidenciou uma forma de alfabetização inovadora. O estudo traz as principais características de deficiência intelectual, os métodos de alfabetização que fundamentam essa proposta e sua aplicabilidade. Na finalização do trabalho são demonstrados os resultados obtidos e a importância dos processos alternativos de alfabetização na área da deficiência intelectual com a finalidade de evitar que tentativas fracassadas interfiram na motivação de aprendizagem da leitura e escrita desses alunos.

Palavras-chave: Educação Especial, Alfabetização, Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva um aprofundamento com bases científicas e empíricas, e consequentes intervenções no campo das estratégias para alfabetização destinadas ao deficiente intelectual e às pessoas com dificuldade de aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa ação, que conforme define Pimenta (2005), é uma pesquisa cujo problema surge de um contexto e tem em seus objetivos a análise de metodologia de intervenção que auxiliem na busca de solução que atenda as demandas do grupo com o qual se trabalha.

Segundo recomendações oficiais arroladas em BRASIL (1997, 1998, 2007), para alunos com deficiência intelectual¹, devem ser analisadas e postas em prática adaptações no currículo, que favoreçam um rendimento escolar satisfatório e que leve em conta a ampliação dos seus processos cognitivos, visando a construção e o domínio da linguagem escrita.

Dessa maneira o objetivo desse estudo é investigar a eficácia de um método de alfabetização para deficientes intelectuais e pessoas com dificuldade de aprendizagem, organizado com base em métodos já existentes, dentre eles o Método Fonético e o Método Sodré, aplicado desde 2006, denominado de Desafios do Aprender.

Com intervenções norteadas pelos documentos oficiais e por um corpo sólido de autores que destacam a atuação na educação especial, pretende-se registrar as ações empregadas e pôr à prova seus impactos sobre a aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. Sendo assim, se define como problema a ser identificado, questão central desse estudo: que perspectivas de alfabetização para deficientes intelectuais e pessoas com dificuldade de aprendizagem são possíveis a partir de uma proposta diferenciada das utilizadas no ensino comum e das tradicionalmente utilizadas na educação especial?

Justifica-se socialmente esta pesquisa ação, mediante o apresentado por Guebert (2013), que diz que com base em dados oficiais que indicam que apesar da ampliação da oferta e do acesso aos alunos à educação especial, são ainda pouco satisfatórios os níveis de alfabetização e letramento ao final da educação básica. Deve-se levar em

consideração que as recomendações oficiais com referência às mudanças nos currículos se mostram gerais e excessivamente teóricas.

Sem o desenvolvimento dos atos de ler e escrever, se torna inviável o seguimento da vida acadêmica do aluno.

No campo acadêmico, as pesquisas ainda são incipientes no sentido de tecer análise sobre as estratégias de aprendizagem que buscam dar aquisição de leitura e também letramento ao deficiente intelectual. Também há pouca concordância nos referenciais teóricos utilizados pelos pesquisadores, embora suas práticas de intervenção se assemelhem. Através desse olhar, o presente estudo se propõe a ampliar o debate acerca da temática e a somar, assim como aprender mais, diante do possível intercâmbio de saberes gerados no espaço acadêmico.

A proposta de alfabetização apresentada neste material é utilizada em várias escolas que trabalham com a modalidade de educação especial no Brasil e também por professores de classes especiais e salas de recursos em escolas comuns. A proposta da metodologia surgiu de uma dúvida simples: alunos com deficiência intelectual e dificuldade de aprendizagem precisavam aprender a ler e escrever, mas como? A ação pedagógica jamais poderia acentuar o 'não aprender' e sim encontrar uma forma adequada de aprendizagem que atendesse às diversas singularidades encontradas em sala de aula.

O presente trabalho objetiva elencar a necessidade de identificar quais as barreiras e os facilitadores da alfabetização a partir de uma estratégia diferenciada das que são tradicionalmente utilizadas na alfabetização de alunos com deficiência intelectual e dificuldades na aprendizagem.

E também a importância de: mapear as estratégias desenvolvidas para alfabetização de alunos com deficiência intelectual e dificuldade de aprendizagem; realizar ajustes necessários na proposta de alfabetização Desafios do Aprender, diante de análise de arcabouço teórico; subsidiar novas estratégias, visando ampliar a efetividade do processo de alfabetização para alunos com deficiência intelectual e dificuldade na aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

É necessário definir teoricamente o objeto central da pesquisa e suas adjacências, dando os contornos

¹ Para definir deficiência intelectual, utilize os autores Pacheco (2007), González (2007), Carvalho (2001), Stainback e Stainback (1999), que caracterizam esse conceito, de maneira simplificada, como atraso significativo em seu processo cognitivo.

importantes para descrever o que se pretende desenvolver. Os conceitos trabalhados são os de deficiência intelectual, aprendizagem aplicada ao deficiente intelectual, alfabetização e deficiência intelectual, estratégias de ensino aplicadas ao deficiente intelectual.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Como inicialmente se define, o conceito de deficiente intelectual é norteado pelos estudos de Pacheco (2007), González (2007), Carvalho (2001), Stainback e Stainback (1999), que caracterizam esse conceito, de maneira simplificada, como atraso significativo em seu processo cognitivo. Porém, é imprescindível ampliar o entendimento sobre o tema a partir de uma descrição mais complexa. O termo ‘deficiência intelectual’ vem sendo usado desde o ano de 2001, quando no momento da Declaração de Montreal definiu-se como sendo o termo mais propício para designar os indivíduos com déficits cognitivos que interferem em processos sócio-educativos. Segundo Januzzi (1992) indivíduos com deficiência intelectual já foram, ao longo da história, chamados de: idiotas, oligofrênicos, retardados mentais, deficientes mentais até que finalmente se chegasse ao termo deficiente intelectual. Adotado também pelo mais importante manual médico da área da saúde, a CID10 - Classificação Internacional de Doenças, a partir de 1997, o termo deficiente intelectual é entendido *‘por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência’* (CID 10, 1997).

Para determinar qual o nível de comprometimento intelectual, a Associação de Psiquiatria Americana define na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, a chamada DSM IV, a gravidade do retardo mental, baseada em avaliações² de funcionamento intelectual abaixo

da média, acompanhadas de limitações significativas de ao menos duas áreas de habilidades, que surge antes do indivíduo completar 18 anos. Abaixo uma tabela ilustrativa:

Retardo mental leve	QI de 50 a 70
Retardo mental moderado	QI de 35 a 50
Retardo mental severo	QI de 20 a 35
Retardo mental profundo	QI abaixo de 20
Gravidade inespecífica	Avaliação não aplicável

Fonte: DSM IV Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 1995

Outros protocolos podem ser instrumentos para identificar a deficiência intelectual, que podem ser mais aprofundados com o processo de pesquisa, porém uma única abordagem de diagnóstico não determina as áreas de necessidades, essas áreas devem ser determinadas através de avaliações neurológicas, psiquiátricas, sociais e clínicas.

De acordo com o grau de apoio que a pessoa DI necessita em um ambiente, o comprometimento pode ser classificado, segundo Winnick (2004), como:

- Intermitente: apoio de curta duração durante momentos de transição em determinadas situações.
- Limitado: apoio regular durante um período curto de tempo, o treinamento para o trabalho por exemplo.
- Apoio extensivo: apoio constante, sem limite de tempo, com comprometimento regular.
- Apoio generalizado: apoio constante e de alta intensidade, possível necessidade de apoio para a manutenção da vida.

Atualmente uma parcela considerável da população escolar apresenta síndromes, deficiências, dificuldade de aprendizagem e transtornos. Podemos fazer uma comparação entre as nomenclaturas.

QUADRO COMPARATIVO:

SÍNDROME	TRANSTORNO	DEFICIÊNCIA	DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM
Síndrome é o nome que se dá a uma série de sinais e sintomas que, juntos, evidenciam uma condição particular. A síndrome de Down, por exemplo, inclui deficiência intelectual, hipotonía, e outras categorias que variam de acordo com cada indivíduo acometido pela síndrome.	Termo usado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecível associado, na maioria dos casos, a sofrimento e interferência em funções pessoais. Os transtornos têm sua origem de anormalidades no processo cognitivo, que derivam em grande parte de algum tipo de disfunção biológica (CID – 10, 1992; p. 236)	É um desenvolvimento insuficiente, em termos globais ou específicos, que pode ocorrer na área física, intelectual, auditiva visual ou múltipla. (quando atinge duas ou mais dessas áreas).	A dificuldade para aprender é considerada um sintoma que engloba quatro fatores: - orgânico - específico - psicogénos - ambientais (as dificuldades não estão ligadas obrigatoriamente ao QI, há muitos alunos com problemas emocionais que impedem ou dificultam a aprendizagem)

² Avaliações cujo objetivo é identificar o QI, dentro de protocolo registrado.

APRENDIZAGEM APLICADA AO DEFICIENTE INTELECTUAL

Para falar da aprendizagem do DI, devemos levar em conta os processos cognitivos de uma criança sem deficiência que muito cedo simboliza, observa, guarda na memória, planeja, ou seja, seu desenvolvimento cognitivo é de acordo com os parâmetros da normalidade. Na aprendizagem da criança DI precisamos considerar as lacunas ocorridas no desenvolvimento dessa criança. Crianças DI tem um déficit na comunicação, linguagem, esquema corporal, na função executiva e por isso apresentam dificuldade em planejar e executar, necessitam de mais tempo, mais repetição, de estímulo. As ações do professor devem ser pautadas por um ensino diferenciado que possibilitem a melhora de seu desempenho e contemple suas habilidades para a aprendizagem.

Para definir a aprendizagem do deficiente intelectual, foi recorrido a Vygotsky (1989), que aborda em seu estudo o trabalho pedagógico. Ele acreditava que a atividade humana transbordava a organização neurológica, era necessária a mediação com o meio para que houvesse aprendizado. Sendo que, para tal autor, as singularidades do desenvolvimento do deficiente intelectual é que eram interessantes e não suas limitações ensimesmadas. Ainda segundo ele, as incapacidades são por demais valorizadas dentro do espaço escolar, em detrimento da oferta de materiais diferenciados para oportunizar a superação das barreiras existentes nos sistemas cognitivos dos deficientes intelectuais.

O conceito de *Zona de Desenvolvimento Proximal*, encontrado em Vygotsky (1997), busca ampliar a aprendizagem através de intervenções que alterem as funções psicológicas superiores, sendo que essa zona proximal é definida pelo próprio autor como a distância entre o desenvolvimento real³ e o desenvolvimento potencial⁴.

A contribuição mais importante de Vygotsky nesse trilhar é, sem dúvida, o reconhecimento de que as limitações do deficiente intelectual têm origem em suas respostas sociais. Daí a necessidade de serem articuladas estratégias mais interessantes no que se refere a alfabetizar a criança com deficiência intelectual ou dificuldade de aprendizagem.

A flexibilização e abertura do currículo é uma das posições defendidas por Manjon (1997, p. 61) quando condiciona a três elementos

de adaptação que contribuem para um completo atendimento das necessidades educativas em uma perspectiva de equidade, sendo eles: aspectos relacionais que envolvem os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem (professores, outros educadores, alunos); aspectos materiais e organizativos, que se referem aos espaços, móveis e materiais didáticos; e aspectos de organização do tempo escolar, analisando o currículo, a metodologia, o conteúdo programático e o processo avaliativo.

O professor é o mediador e o condutor da aprendizagem, então precisa ter clareza que o processo de aprendizagem acontece a partir de experiências que podem ser organizadas em cinco níveis de experiências na aprendizagem, conforme a pirâmide hierárquica da aprendizagem:



Na hierarquia da aprendizagem, uma aprendizagem está vinculada a anterior, ou seja, sem a experiência da percepção não se chega a formação de imagem, o professor que trabalha com alunos DI precisa adequar sua prática ao nível em que seu aluno se encontra. Alunos que não fazem imagem mental não se alfabetizam, pois a formação de imagem refere-se a sensações ou informações já recebidas e percebidas, está relacionada aos processos de memória.

O conhecimento do sujeito em seu processo

³ Desenvolvimento real é o desenvolvimento mental integral da criança, aquilo que consegue fazer sozinha.

⁴ Desenvolvimento proximal é o limiar do processo cognitivo possível da criança, o que ela consegue fazer com ajuda dos outros.

evolutivo de aprendizagem, a observação de aspectos individuais, cognitivos ou afetivos emocionais, é primordial para que o aluno DI possa pensar e compreender e, assim, aprender.

ALFABETIZAÇÃO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A educação é conhecidamente uma prática social, sendo que as comunicações, através da fala ou do uso de códigos de escrita são artifícios para aprimorar as relações dos sujeitos com o meio e entre eles mesmos.

Na área da leitura e escrita muito tem se falado em “letramento”, para a professora Magda Becker Soares, letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno, então se uma aluna DI alfabetizada aos 18 anos deixa um bilhete para a mãe escrito desta forma: “A XAVE TA NA VIZINA”, dessa forma a aluna conseguiu dar um sentido para a escrita e, embora com erros ortográficos, se fez compreender. Tal análise nos faz refletir sobre níveis de letramento, considerando o bilhete, podemos afirmar que o nível de letramento da aluna é baixo, porém supriu sua necessidade de escrita. Alunos DI então alcançariam um baixo nível de letramento? Podemos afirmar com a vivência de trinta e dois anos na Educação Especial que pessoas com DI, em sua maioria, não terão condições de tornarem-se leitores com habilidades para interagir com fontes de informações elaboradas ou resolver problemas complexos, mas poderão, sim, ser capazes de desenvolver habilidades para superar suas necessidades de leitura e escrita do dia a dia oportunizando sua independência e interação na sociedade letrada.

Ainda recorrendo a Vygotsky (1997), entende-se que o adulto/professor mediador deverá construir novas situações estratégicas a fim de atender as necessidades especializadas dos seus alunos.

A mediação do professor é que vai trazer bons resultados, a qualidade dessa mediação, a credibilidade que o professor deposita nas estratégias de aprendizagem e na capacidade de aprendizagem do aluno DI.

Tendo em conta essa perspectiva, o professor deverá ser capaz de criar situações de aprendizagem num contexto educativo, o que requer uma prática consciente e reflexiva em interação com a teoria.

Alfabetizar alunos DI é um desafio para a escola e também para o professor que precisa aceitar esse desafio, o primeiro passo é despertar nesses alunos o desejo de aprender a ler e escrever, condição básica para que o aprendizado aconteça.

A PROPOSTA DESAFIOS DO APRENDER

A proposta de alfabetização Desafios do Aprender se fundamenta em dois métodos de alfabetização, o Método Sodré e o Método Fônico.

O Método Fônico consiste no aprendizado

através da associação entre fonemas e grafemas, ou seja, sons e letras. Esse método de ensino permite primeiro descobrir o princípio alfabético. Princípio alfabético é o entendimento de que há uma relação entre a presença e a posição de uma letra e o som que ela tem na palavra ou a posição que a letra ocupa na palavra. Para escrever a palavra sapo, por exemplo, cada letra ocupa um espaço, as letras precisam ser escritas nos devidos espaços para formar a palavra. Dependendo da posição, a letra muda de som.

Com bases em pesquisas internacionais, especialistas afirmam ser o Método Fônico o mais eficaz para a alfabetização. Ainda referente a essas pesquisas, os especialistas concluíram que estudantes expostos ao Método Fônico têm as regiões do cérebro associadas a escrita e a coordenação motora mais ativadas do que as de crianças que aprendem com outros métodos.

Os investigadores de leitura constatam que o Método Fônico também é mais eficiente para a população com acesso precário aos bens culturais da sociedade letrada.

A proposta se diferencia do Método Fônico porque apresenta com maior ênfase o som de sílabas, o som de letras também é trabalhado, porém, para o aluno se torna mais claro a associação da sílaba com a palavra, percebe essa associação com mais compreensão, não seria então *J (jota) de jacaré* e, sim, *JA de jacaré*.

O Método Sodré, de autoria de Abel F. Sodré e Benedita Sthal Sodré, utilizado nas escolas a partir de 1940, consiste no ensino sistemático de sílabas. “É de grande vantagem cada aluno ter o seu papelão com as sílabas estudadas” (SODRÉ; SODRÉ, 1965, p. 6). A primeira parte consiste no ensino de todas as sílabas formadas pela vogal “a”, posteriormente, palavras e frases com a mesma vogal.

Nas orientações para o professor, conforme a “Cartilha Sodré”, encontramos: “O professor escreverá somente a palavra *pata*, feito isso explicará às crianças que a palavra *pata* é pronunciada em duas vezes e então escreverá *pa ta*.”

Assim como no Método Fônico, também no Método Sodré foram feitas adaptações para tornar o ensino atrativo e lúdico. A interação entre o lúdico, o cognitivo e o psicológico é indispensável para aflorar as potencialidades do aluno DI.

As atividades tornam-se lúdicas e prazerosas, valorizando a participação ativa dos alunos. São vivenciadas as tentativas e as tolerâncias ao erro para que desenvolva os esquemas de conhecimento, tais como: observar e identificar; comparar e classificar; conceituar; relacionar; e inferir. A aprendizagem ocorre de forma sistemática, ordenada e progressiva, iniciando com a consciência fonológica até chegar à leitura e à escrita de pequenos textos. A prática leva o aluno a elaborar tentativas de leitura e escrita, com



auxílio de um material variado. Para a aprendizagem das sílabas, palavras e textos, o uso do material didático é essencial a fim de que todos os objetivos da proposta sejam atingidos.

RELATO DA PROFESSORA

Celita Maria Garcez

Apresentar o mundo das letras a um aluno com deficiência intelectual é, antes de tudo, uma responsabilidade da Escola Especial e do professor que trabalha nela. No entanto, o ensino precisa vir acompanhado da aprendizagem. Se tornarmos o processo de ensino difícil ou complicado, é bem possível que um aluno com deficiência nunca se interesse ou se aproprie dele. Podemos aprender muitas atividades fora da instituição escolar, mas ler e escrever é função da escola, dever do professor e direito do aluno.

Foi pensando assim que decidi utilizar uma metodologia diferente das utilizadas nas escolas, optei então pela proposta de estratégias de alfabetização da Profª. Claudia. Utilizei essa metodologia sistematicamente por dois anos seguidos em uma turma com oito alunos que ao iniciarem tinham entre oito e doze anos, que conheciam algumas letras do alfabeto.

Segundo a autora, o trabalho consiste na aprendizagem das sílabas com a vogal “a”, palavras com “a”, frases com “a” e finalmente textos com a vogal “a”.

Comeci apresentando o quadro completo das sílabas do *A* ao *ZA*, sendo que era realizada leitura diária deste quadro que se encontrava exposto na sala de aula. Os alunos colocavam as sílabas nas respectivas figuras, percebi que dessa maneira, falando a sílaba inicial tornava-se mais fácil para os alunos que o som de letras, por exemplo *FA* de *faca* e não *F* (*efe*) de *faca*.

Utilizava muito o alfabeto móvel e os jogos para aprendizagem das sílabas, na proposta de alfabetização os jogos são uma constante, bingo de sílabas, bingo de figuras, baralhinho das sílabas, corrida das sílabas, o material é muito lúdico, o que motivava os alunos. Todos os jogos tinham um objetivo pedagógico a ser trabalhado de acordo com a metodologia.

Depois de trabalhar muito com as sílabas, todos liam e escreviam sem apoio visual, passamos para o trabalho com palavras com a vogal “a”. Com a utilização dos jogos para o trabalho com as palavras, a ludicidade tomava conta das estratégias de aprendizagem que aconteciam de forma prazerosa.

Acontecia muita leitura, escrita, ditado, trabalho com o alfabeto móvel, eram entregues somente as sílabas que formavam as palavras que eu desejava para o estudante e esperava que realizasse e, se não realizasse, eu ia ajudando até que ele conseguisse sozinho. Quando eu percebia que o estudante já estava formando a palavra cor-

retamente em todas as tentativas, eu dificultava, entregando junto com as sílabas da palavra, várias sílabas que não faziam parte da mesma. Na maioria das vezes eles se saiam bem, mas quando não, recebiam ajuda.

Procurava sempre trabalhar com informação visual para atender uma necessidade do aluno com deficiência intelectual.

Depois de trabalhar com textos com a vogal “a”, passei para a vogal “o”, seguindo as mesmas estratégias e, na sequência prevista, o trabalho continuou com a vogal “e”, “i”, “u”. No final de novembro, do segundo ano que estive com essa turma iniciei o trabalho com as sílabas complexas.

Todos os alunos expostos a essa metodologia lêem e escrevem palavras e frases, interpretando aquilo que se lê. O trabalho com a turma não teve continuidade devido aposentadoria, posso garantir que trabalhar com esta metodologia foi muito gratificante, é simples, prática e eficaz, a aprendizagem acontece de acordo com a habilidade do aluno.

De acordo com experiência com tal proposta, foi constatado que muitos alunos com deficiência intelectual não alcançarão um nível elevado de letramento, mas terão a oportunidade de aprender a leitura e escrita de palavras, a fim de que sejam mais autônomos e funcionalmente independentes. O avanço observado na turma é significativo, a tal ponto que alunos, que no início do ano apenas desenhavam bolinhas alegando serem letras, no final do ano letivo liam e escreviam sílabas e palavras.

Para finalizar, deixo a palavra do Prof. Dr. Geraldo Peçanha: “A professora Claudia faz de sua prática diária seu maior testemunho intelectual e seu maior defensor público. Ela nos apresenta um trabalho pedagógico rigoroso, cheio de atividade para vogais, para sílabas, para palavras, frases e textos. Parece que ela fez estágio em um formigueiro e não em uma escola. O trabalho dela é rigorosamente passo a passo. Ela acompanha a criança ou o adulto passo a passo, mostrando-lhe, por meio de atividades pedagógicas, como ela pode chegar até aquele lugar chamado alfabetização.” (blog, Desafios do aprender).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando penso em “ensinar” acredito que devemos ensinar aquilo que o aluno precisa aprender, para os alunos com deficiência intelectual não é diferente, eles precisam aprender a abrir uma torneira, lavar as mãos, vestir-se e por que não aprender a ler e escrever? Cada um de nós sabe se está aprendendo ou não, conduzir a prática de maneira que a ação pedagógica jamais poderia acentuar a incapacidade de quem não aprende e sim encontrar uma forma adequada de aprendizagem à singularidade de cada um se torna essencial.

Considerando que ensinar é a mais humana das artes, nosso “ensinar” precisa estar carregado de carinho. Alunos que vêm de fracassos contínuos na aprendizagem têm sua autoestima rebaixada, sentem-se incapazes. Assim, se faz necessário trabalhar com entusiasmo e ter a clareza de que é preciso que sintam-se capazes de aprender. A aprendizagem precisa ser prazerosa, o aluno precisa vivenciar o sucesso.

Em relação aos alunos que utilizam a metodologia, mesmo com suas limitações, são capazes de ampliar sua aprendizagem e desenvolver seu potencial cognitivo, é preciso que pessoas envolvidas no seu processo de aprendizagem não desistam de encontrar maneiras de ensinar. É um desafio também para o professor promover a aprendizagem.

Não saber ler ou escrever causa um menosprezo e o aluno traz esse sentimento consigo, não há o que se possa fazer para modificar, este sentimento que só será alterado se o aluno efetivamente realizar o ato de escrever e ler. Quando os alunos começam a escrever, sentem-se mais confiantes em si mesmos, sua capacidade de aprendizagem

vai muito além do esperado, sua autoestima permite que acredite em si próprio como um ser que aprende. Muitos alunos aprenderão a ler palavras, não importa que sejam só palavras, um aluno que lê palavras terá condições de ler uma placa, o nome de um ônibus, quando for trabalhar em um supermercado e alguém lhe pedir um produto, ele com certeza usará a leitura para distinguir o nome do produto.

A leitura e escrita são processos muito complexos e as dificuldades podem ocorrer de maneiras diversas: a inadequação de métodos específicos, as particularidades dos estudantes, a escolha da metodologia baseada nas diferentes necessidades e dificuldades que as pessoas apresentam, o desrespeito aos reais níveis etários e possibilidades instrumentais dos estudantes, o que acarreta em exigências aquém ou além da competência dos alunos. O professor é o mediador, o condutor da aprendizagem.

O conhecimento do sujeito em seu processo evolutivo de aprendizagem, a observação de aspectos individuais – cognitivos ou afetivo emocionais –, é primordial para que o estudante possa pensar e compreender e assim aprimorar a aprendizagem da leitura e escrita.

Nenhuma dificuldade se vence com método intempestivo. O melhor caminho, no caso da leitura, é o entendimento que ler é o ato de soletrar, de decodificar fonemas representados por letras, reconhecer as palavras, atribuir-lhes significados.

A proposta de alfabetização Desafios do Aprender procura tornar as atividades interessantes e prazerosas para que a aprendizagem aconteça de maneiraativa, o aluno vivencia as tentativas, a troca, a tolerância de erros para que desenvolva os esquemas de conhecimento, observar e identificar, comparar e classificar, conceituar, relacionar e inferir e assim aprender.





Referências bibliográficas:

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Programa de capacitação de recursos humanos: deficiência mental.** Brasília: MEC/SEESP, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares.** Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Deficiência mental (atendimento educacional especializado).** Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- CARVALHO, G. B. J. de. **O diagnóstico da deficiência mental no contexto da inclusão:** uma proposta de avaliação psicopedagógica contextualizada e interventiva. Dissertação de mestrado- UnB. Brasília, 2001.
- DSM IV **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, 1995
- OLIVEIRA, I. B. **Docência na Educação Básica:** saberes, desafios e perspectivas. Revista Contrapontos, Itajaí, V.9, n.3, pp18-31, set/dez 2009. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/1212>
- GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GUEBERT, M.C.C. **Alfabetização de alunos com deficiência intelectual:** um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular.
- LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F. de; Toschi, M. S. **Educação escola:** política estrutura e organização. Cortez. São Paulo, 2003.
- MANJON, D. G; GIL, J. R; GARRIDO, A. A. **Adaptaciones curriculares.** Ediciones Aljibe. Málaga, 1997.
- PACHECO, J. **Caminhos para inclusão:** guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
- PIMENTA, S.G. **Pesquisa-ação crítico colaborativa:** construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521 -539, set/dez 2005.
- ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo. Parábola Editorial, 2009.
- SILVA, S. M. M e; BERTONCINI, V. P. **Prática alternativa na alfabetização do deficiente intelectual.** Disponível em <http://vivianepatrice.blogspot.com.br/2011/04/alfabetizacao.html>, consultado em 24/05/2015, às 19h18min.
- SOARES, M. **Linguagem e escola:** uma perspectiva social. 17^aed. Ed. Ática. São Paulo, 2001.
- SODRÉ; B.S. **Cartilha Sodré.** 5^a ed. Ed. Companhia Editora Nacional, 1953.
- STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. ArtMed, Porto Alegre, 1999.